60 anos AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros | Número 162 | Julho de 2015 | MG

Rua Albita, 194 • Bairro Cruzeiro
Belo Horizonte • MG • CEP 30.310-160

JUDICIÁRIO INDEPENDENTE, MAGISTRADO VALORIZADO

INICIATIVA DA AMAGIS

Congresso Minerário tem pioneirismo e adesão ampla

Fotos: Roberto Rocha

Quatrocentos magistrados de todo o Estado participaram do I Congresso de Exploração Minerária

Entre os dias 24 e 26 de junho, 400 magistrados de várias regiões do Estado participaram do I Congresso sobre Exploração Minerária da Amagis, em BH. O evento foi prestigiado pelos chefes dos três Poderes do Estado e foi saudado pelo pioneirismo e protagonismo do Judiciário na solução de conflitos.

Páginas 3 a 8

"Tratar a questão da exploração minerária com o foco central na preocupação da nossa sociedade, de Minas Gerais, é fundamental."

Fernando Pimentel

"As discussões realizadas aqui podem ser inclusive as ideias que vão virar legislação. A Amagis, hoje, com certeza contribui para a Assembleia."

Adalclever Lopes

"Construir novos modelos para o aproveitamento dos recursos minerais e para o desenvolvimento econômico é uma exigência."

Pedro Bitencourt

"Discutir a exploração minerária é muito importante porque esse é um tema que envolve toda a sociedade e a economia do País."

João Ricardo Costa

"O maior desafio é promover o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a justiça socioambiental de maneira concreta"

Herbert Carneiro

Juízes do Norte de Minas celebram 60 anos da Amagis
Página 8

Campanha de Valorização ganha força na mídia
Página 10

Amagis Saúde garante economia de 17% ao associado
Página 28

Congresso reafirma papel de pacificador social do Judiciário

HERBERT CARNEIRO*

Entre as diversas atividades e promoções pelos 60 anos da Amagis, a realização do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária foi, sem dúvida, um marco na história associativa da Associação, que, de maneira inédita e pioneira, investiu no aprimoramento das inúmeras atividades do Judiciário, entre elas, a boa qualidade da prestação jurisdicional. Antes da importante questão minerária, o congresso priorizou o debate jurídico e a atualização, que devem ser transparentes e permanentes, junto à magistratura e a todo o sistema de Justiça.

Prioridade da atual gestão, o aperfeiçoamento e a formação continuada são instrumentos indispensáveis para enfrentar os conflitos e apresentar soluções justas e adequadas para a sociedade. Por isso, aprendemos e discutimos, durante três dias, sobre a atividade minerária e seus efeitos e conflitos econômicos, sociais, ambientais e agrários.

Essa vigorosa atividade econômica faz de nossa Minas Gerais o maior estado minerador do País, com a extração de mais de 180 milhões de toneladas/ano de minério de ferro e sendo responsável por mais de 50% da produção brasileira de minerais metálicos e 29% de minérios em geral.

A atividade está presente em mais de 400 municípios mineiros, onde estão localizadas 40 das 100 maiores minas em operação no País. Diante de tal magnitude, direcionamos o debate ao aprofundamento do tema que, sabidamente, ainda escasso no campo doutrinário brasileiro, além de permitir a troca de experiências entre magistrados e outros operadores do direito.

Ao final, alcançamos o objetivo maior de estreitamento das relações entre os diversos participantes, visando a consolidação de diálogo construtivo diante dos enormes desafios apresentados pela atividade. Incentivamos o debate não só entre magistrados, mas também junto aos promotores de justiça, advogados, defensores públicos e especialistas na matéria, com o temário mais abrangente possível, desde o marco regulatório até a exaustão da atividade. Colhemos informações e dados de especialistas sobre o assunto, qualificando o sistema de Justiça no tratamento dessa matéria.

Temos, hoje, inúmeras ações judiciais envolvendo a questão, desde as trabalhistas, socioeconômicas, ambientais, tributárias até as agrárias. Enfim, o direito minerário demanda intensamente o Judiciário em uma área que ainda lhe é pouca conhecida. Apenas no Estado, 140 das 296 comarcas estão envolvidas, direta e indiretamente, na questão atinente à exploração minerária. Após o congresso, estamos, com certeza, mais preparados para enfrentar todas as demandas resultantes dos efeitos dessa atividade.

É nosso dever continuar buscando, ininterruptamente, a excelência do sistema de Justiça e, para isso, nos empenharemos por parcerias com o Governo do Estado, no sentido de oferecer suporte técnico de geólogos, engenheiros e outros profissionais para que os magistrados possam decidir com mais segurança.

Debatemos o tema à luz da legislação vigente e das propostas em discussão no Congresso Nacional, detalhando os direitos e deveres de empresas de mineração quanto ao acesso e uso da terra, disciplinando a possibilidade de desapropriação mediante o pagamento de justa indenização.

"Após o congresso, estaremos, com certeza, mais preparados para enfrentar todas as demandas resultantes dos efeitos da atividade minerária"

Diante dessa realidade, a importância do Judiciário se destaca, principalmente no momento em que se discute o Marco Regulatório da Mineração, contribuindo para a busca da paz social e pela estabilidade das relações jurídicas. Nesse particular, não devemos nos omitir. Como em outros ramos do direito, o papel do Judiciário, aqui, é justamente pacificar as relações estabelecidas entre os diversos interessados, promovendo o reconhecimento de direitos e as compensações pertinentes.

Estamos mais convencidos, agora, de que o maior desafio é promover o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a justiça socioambiental, de maneira concreta, efetiva e com resultados duradouros nos aspectos econômico e social.

Com seu sentido de missão, o magistrado tem que estar devidamente qualificado para o enfrentamento das grandes questões minerárias. Esse é o grande desafio do presente, sempre com o objetivo de buscar o equilíbrio racional entre a atividade econômica e as conquistas sociais que dela possam ser auferidas.

Já que a mineração é a base do desenvolvimento e os recursos minerais são fundamentais para várias atividades humanas, precisamos capacitar e dotar a Justiça de instrumentos de tal forma que ela seja a última instância para se resolver os problemas dessa atividade, conciliando o tripé crescimento econômico, justiça social e a sustentabilidade ambiental. O Judiciário pode e deve ser o condutor desse processo de mediação. ●

(*) Presidente da Amagis

60 anos AMAGIS Associação dos Magistrados Mineiros

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Desembargador Tibagy Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente Sóciocultural-Esportivo:
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subscretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

TV Record Minas apoia campanha da Amagis 12

17 Cabo Frio preserva e oferece viagem pela história do Brasil

>> Congresso da Amagis reúne 400 magistrados 03
>> Ex-ministro propõe instrumentalização do Judiciário 04
>> Oficinas ampliam participação e debate com magistrados 06
>> Fechamento de mina exige fase de restauração 07
>> Norte de Minas fortalece integração nos 60 anos 09
>> Amagis reconhece força de sua história nos aposentados 10
>> TV Record Minas apoia campanha da Amagis 12
>> Herbert Carneiro defende debate com a sociedade 13
>> Programa leva justiça e cidadania às escolas 14
>> Setor Jurídico é transferido para o 4º andar 16
>> Cabo Frio preserva e oferece viagem pela história do Brasil 17
>> Comunicação é debatida no TJ 18
>> Varginha celebra centenário do Professor Levenhagen 19
>> Santa Luzia firma parceria pioneira com a PM 20
>> Conselho amplia inclusão de familiares no plano 27
>> Uso da nova carteira traz economia de 17% ao associado 28

Programa leva justiça e cidadania às escolas 14

27 Conselho amplia inclusão de familiares no plano

FORMAÇÃO CONTINUADA

Congresso da Amagis reúne 400 magistrados

Roberto Rocha

Magistrados de todo o Estado participaram do I Congresso

Durante três dias, quatrocentos magistrados de todo o Estado reuniram-se, em Belo Horizonte, para participar do I Congresso sobre Exploração Minerária, realizado pela Amagis, de 24 a 26 de junho, quando tiveram a oportunidade de debater os aspectos legais, sociais, econômicos e ambientais da mineração.

Com o objetivo de estreitar o relacionamento entre os participantes e aprimorar a formação de juízes, desembargadores e demais operadores do direito, o congresso contou com a participação de especialistas como o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, o economista Paulo Haddad, que defendeu a importância da instrumentalização do Judiciário para mediar os conflitos resultantes da atividade da mineração. Leia mais na página 3.

Na abertura do encontro, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou que o Direito Minerário demanda intensamente o Judiciário em uma área que ainda lhe é pouco conhecida. "Temos, hoje, 140 das 296 comarcas de Minas Gerais envolvidas, direta e indiretamente, na questão atinente à exploração minerária", pontuou.

Para Herbert Carneiro, é necessário provocar esse debate para que os operadores do sistema de Justiça estejam mais preparados para enfrentar as questões resultantes da exploração minerária.

"É nosso dever buscar, ininterruptamente, a excelência do sistema de Justiça e, para isso, carecemos, senhor governador, de parcerias com o Governo do Estado, no sentido de oferecer suporte técnico de geólogos, engenheiros e outros profissionais para que os magistrados possam decidir com mais segurança", afirmou Herbert Carneiro na abertura do congresso, da qual participaram várias autoridades, entre elas, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e os presidentes do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes.

A organização do congresso foi delegada a uma comissão formada pelos magistrados Tiago Pinto (presidente), José do Carmo Veiga de Oliveira (secretário), Sergio André da Fonseca Xavier, Rosimere das Graças do Couto, Luzia Divina de Paula Peixôto, Juarez Morais de Azevedo, Luiz Carlos Rezende e Santos, Pedro Câmara Raposos Lopes, Letícia Drumond, Geraldo Antonio de Freitas, Vânia da Conceição Pinto, José Martinho Nunes Coelho, Edison Feital Leite e Maurício Torres.

Leia ao lado o artigo do advogado especialista José Mendo e, na página 5, o artigo de Thiago Cavalcanti.

EXPLORAÇÃO MINERÁRIA

Evolução e perspectivas

JOSÉ MENDO MIZAEL DE SOUZA*

"O Brasil é um País Mineiro".

Embora nem todos brasileiros vejamos o Brasil assim, a história e os números demonstram tal fato (estes números podem ser acessados em www.dnpm.gov.br ou em www.ibram.org.br).

Do ponto de vista histórico, vale sempre lembrar que a democracia no Brasil é filha da mineração, como bem demonstrou Paulo Pinheiro Chagas, em seu texto clássico "A Mineração fazedora de democracia", no qual lembra que "entre nós, a democracia nasceu da Mineração, que era uma atividade industrial. E havia nisso uma lógica. Nem seria preciso lembrar que 'a democracia é filha dileta da revolução industrial', conforme Vitor de Azevedo (ver "Brasil, País Mineiro", em "Direito Minerário Aplicado", Marcelo Gomes de Souza, Coordenador, Mandamentos Editora, Belo Horizonte, MG)".

> "É essencial que saibamos construir e manter um clima favorável a investimentos, asseguremos segurança jurídica - base da decisão de investir"

Coerentemente com essa realidade histórica, ao estabelecer os objetivos fundamentais do Brasil, nossos Constituintes de 1988 elegeram, entre outros, "garantir o desenvolvimento nacional", bem como "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais" (CF 88, Art. 3º), ou seja, nosso País optou pela mineração e a erigiu, verdadeiramente, como de utilidade pública, eis que ela é o alicerce do desenvolvimento e da qualidade de Vida.

Mas quais são o "Estado da Arte" da Mineração brasileira e o seu futuro?

As respostas podem ser encontradas no Plano Nacional de Mineração - PNM 2030 (acessível em www.jmendo.com.br ou www.mme.gov.br) o qual, além de nos lembrar que "a produção para alguns minerais e produtos de base mineral, com base em 2008, para atender o consumo interno e as exportações, deverá crescer de três a cinco vezes (até 2030)", informa que "os investimentos previstos em pesquisa mineral, mineração e transformação mineral (metalurgia e não metálicos), quase todos originários da iniciativa privada, totalizarão US$ 270 bilhões até 2030", o que comprova que as perspectivas da exploração minerária do nosso País são mais que promissoras.

Evidentemente, para que tais perspectivas se concretizem, é essencial que saibamos construir e manter um clima favorável a investimentos, asseguremos segurança jurídica - base da decisão de investir - e que a mineração, assim como hoje, esteja, permanentemente, comprometida com o desenvolvimento sustentável.

** Presidente da J.Mendo Consultoria Ltda. Fundador e Presidente do CEAMIN. Vice-presidente da ACMinas. O artigo acima foi o tema central de sua palestra no Congresso da Amagis.*

CONGRESSO MINERÁRIO

Ex-ministro propõe instrumentalização do Judiciário

Roberto Rocha

Com Tiago Pinto e Herbert Carneiro, Paulo Haddad faz palestra

A necessidade de instrumentalizar o Judiciário para que ele seja a última instância para resolver os problemas ambientais da mineração foi apontada pelo ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, o economista Paulo Haddad, como um importante caminho para superar os conflitos minerários.

Na palestra inaugural do congresso – "Mineração e desenvolvimento sustentável" –, Haddad afirmou que estamos vivendo a transição da 5ª para a 6ª onda de inovação tecnológica, cujas cinco primeiras tiveram como característica o aumento da produtividade da força de trabalho. Já a 6ª onda implica a intensificação do uso dos recursos naturais, como o aproveitamento do rejeito de minério em Itabira, a partir de uma nova tecnologia.

Mais do que a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido de forma mais ampla, observando as comunidades onde a atividade minerária será instalada, conforme demonstrou Paulo Haddad ao abordar as fases de implantação, operação e exaustão da mina.

Para enfrentar os conflitos sociais ocorridos em cada uma dessas etapas, o economista defende a realização de convênios entre as empresas com a Polícia Militar para estabelecer um regime especial de segurança, estruturar o canteiro de obras de forma que um legado seja deixado para a comunidade, a qualificação da mão de obra local para gerar empregos e a compensação aos municípios pelos danos causados pela mineração, com o pagamento de royalties.

Sobre os conflitos ambientais, o ministro esclareceu que, do ponto de vista econômico, a natureza possui valor de uso, contido nos recursos naturais, e valor de não uso na medida em que presta serviços à humanidade como o equilíbrio climático. "Você resolve esse problema com um marco regulatório adequado, uma legislação ambiental adequada e com juízes, procuradores e desembargadores fazendo a gestão do conflito", concluiu Paulo Haddad, destacando a importância do seminário.

Na mesma linha, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, defendeu a busca, ininterrupta, da excelência do sistema de Justiça na abertura do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, realizada no dia 24 de junho. ●

Fotos: Roberto Rocha

FERNANDO PIMENTEL

Governador de Minas Gerais

"Tratar a questão da exploração minerária com o foco central na preocupação da nossa sociedade, de Minas Gerais, é fundamental. Isso foi feito já de outras formas, mas não com essa determinação que a Amagis promove de maneira extremante segura, com a condução apropriada. Nós vamos ter a oportunidade de discutir os principais temas em uma conjuntura que exige prudência"

ADALCLEVER LOPES

Presidente da ALMG

"A Amagis inova, ela busca, em um momento difícil, discutir os interesses de Minas Gerais, que é potência na área mineral. Por isso, a Amagis é pioneira e vai contar integralmente com a Assembleia Legislativa. As discussões realizadas aqui podem ser inclusive as ideias que vão virar legislação. A Amagis, hoje, com certeza contribui para a Assembleia legislar"

PEDRO BITENCOURT

Presidente do TJMG

"O atual sistema de modelo econômico no País é excludente, gera violência e criminalidade. Construir novos modelos para o aproveitamento dos recursos minerais e para o desenvolvimento econômico é uma exigência que não pode ser mais desconsiderada. Juntos, podemos encontrar alternativas que tragam mais paz, bem-estar e esperança"

HERBERT CARNEIRO

Presidente da Amagis

"O debate jurídico da questão minerária não se restringe somente, como se pode imaginar, aos impactos ambientais sempre associados ao tema, mas de maneira ampla a todos os desdobramentos dessa importante atividade econômica, que faz de nossa Minas Gerais o mais importante estado minerador do País, com a extração de mais de 180 milhões de toneladas/ano de minério de ferro"

JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA

Presidente da AMB

"Discutir a exploração minerária é muito importante porque esse é um tema que envolve toda a sociedade, a economia do País, o mercado internacional e o meio ambiente. Os temas que serão debatidos aqui são bastante relevantes, e a Amagis está de parabéns por trazer esse assunto para o mundo jurídico para ser discutido em uma grade de debates tão rica e tão importante" ●

DESEMBARGADOR ALBERTO DINIZ

"Está sendo um evento muito produtivo para nós magistrados e operadores do Direito. O congresso teve um andamento fantástico e cumpriu uma agenda muito positiva de trabalho e de informação a todos os operadores do Direito. O presidente da Amagis está de parabéns pela condução destes trabalhos."

HELCIO GUERRA

Vice-presidente sênior Americas da AngloGold Ashanti

Roberto Rocha

"É uma felicidade muito grande da Amagis promover essa inciativa uma vez que a solução de conflitos se dá pelo diálogo, pelo equilíbrio entre os interesses das partes envolvidas, em relação ao contexto social, ambiental e econômico. Quanto mais conhecimento e aporte de informações para a Justiça, cuja missão principal é de mediar e solucionar conflitos, melhor."

JUIZ DANIEL CÉSAR BOTTO COLLAÇO

"As palestras têm sido de grande valor, uma vez que têm sido abordados temas que são de alta relevância. Há muito tempo, se fazia necessário esse congresso, e a Amagis, com grande sensibilidade, conseguiu captar a necessidade e carência dos magistrados e operadores do Direito, reunindo-os no congresso, fazendo com que as dúvidas fossem dirimidas e novos temas lançados ao debate."

PAULO CASTELARI

Presidente da Anglo American

Roberto Rocha

"Quanto mais os setores envolvidos entenderem da natureza da nossa atividade melhor. Quanto mais as pessoas entenderem que a gente tem um trabalho integrado, um trabalho responsável, um trabalho que presta saúde, que presta o desenvolvimento sustentável, tanto melhor. Então, para nós, é crucial ter esse espaço para poder falar o que a gente faz e como é a atividade."

JUÍZA JULIANA MENDES PEDROSA

"Gostei muito, os temas foram bastante pertinentes, interessantes e bem colocados. Para mim, que trabalho na área do circuito das pedras preciosas, vai ser muito bem aproveitado."

JUÍZA BEATRIZ JUNQUEIRA

"O nível é alto, com temas difíceis e pouco abordados na faculdade. A iniciativa é perfeita. Trata-se de uma matéria nova que precisávamos aprender, e que tem muito a ver com Minas Gerais."

JUIZ ANTÔNIO CARLOS PARREIRA

"O evento foi excelente. As palestras do melhor nível possível. Para nós, juízes, é enriquecedor participar de eventos como esse, que tratou de assuntos realmente relevantes. Valeu a pena, e a Amagis está de parabéns."

PROMOTORA DE JUSTIÇA ANDRESSA DE OLIVEIRA LANCHOTTI

"Essa é uma iniciativa muito positiva porque é uma oportunidade de troca de experiências que estão sendo bem-sucedidas, além de ser uma maneira dos operadores do Direito se aprimorarem com a legislação atual e com as modificações que estão chegando com o novo CPC e o Marco Regulatório" ●

MEIO AMBIENTE

Valor das medidas compensatórias

THIAGO RODRIGUES CAVALCANTI*

As medidas compensatórias têm por objetivo equilibrar os impactos ambientais causados pela instalação de empreendimentos. Trataremos aqui das 3 principais compensações.

A compensação prevista no artigo 36 da Lei 9.985/00 tem a função de compensar os significativos impactos ambientais causados pelos empreendimentos. Minas Gerais estabeleceu no Decreto 45.175/09, seguindo o Decreto Federal 6.848/09, que o limite máximo da compensação ambiental é 0,5% do valor de referência do empreendimento e deve ser destinado às Unidades de Conservação - UCs. Dentre os impactos previstos para sua incidência destaca-se a supressão de vegetação.

> "As medidas compensatórias são extremamente importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas deve-se ter parâmetros para essas exigências"

A medida compensatória prevista no artigo 75 da Lei Estadual 20.922/13 é exclusiva para os empreendimentos minerários que dependam de supressão de vegetação nativa, tendo como destinação a regularização fundiária e a implantação de UCs.

A área utilizada como medida compensatória deverá ser equivalente em extensão àquela que tiver vegetação nativa suprimida pelo empreendimento.

A medida compensatória da Lei 11.428/06 tem por objetivo compensar a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica.

O artigo 17 da referida lei dispõe que o corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.

Portanto, importa salientar que a supressão de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica não é passível de incidência dessa compensação.

As medidas compensatórias são extremamente importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas deve-se ter parâmetros para essas exigências, seguindo o disposto nas leis stricto sensu, observando as perdas de eficácia de dispositivos infralegais e tendo limites na cumulatividade. ●

**Advogado de Meio Ambiente da FIEMG. Professor da Pós-Graduação em Direito Ambiental da Faculdade Milton Campos. Conselheiro do COPAM, do Conselho Consultivo da APASUL-RMBH. O tema acima foi o foco principal de sua palestra no Congresso da Amagis.*

INTEGRAÇÃO

Oficinas ampliam participação e debate com magistrados

Eduardo Rocha

Rinaldo Mancin, diretor do Ibram, falou sobre os desafios sociais, ambientais e econômicos

Durante cinco meses, a comissão organizadora do Congresso Minerário, formada por magistrados e presidida pelo desembargador Tiago Pinto, vice-presidente Socicocultural-Esportivo da Amagis, trabalhou intensamente para definir a programação preocupada não só em definir os temas e palestrantes, mas, principalmente, em ampliar os debates e garantir maior interação e participação entre os congressistas.

Ao todo, durante o congresso minerário, foram realizadas sete oficinas que trataram de temas como "Conflitos Socioambientais na Mineração", conduzida pela advogada Fernanda Aparecida Mendes e Silva Garcia Assumpção, na qual foi abordada as perspectivas de conflitos no projeto substitutivo do Marco Regulatório da Mineração.

A oficina "Medição de Direitos Superficiários" foi discutida com a advogada Priscila Ramos Netto, que tratou dos direitos como a renda pela ocupação do terreno, a indenização por danos ou prejuízos, a garantia de recuperação da área lavrada e participação no resultado da exploração.

MEDIAÇÃO

A promotora de Justiça de Nova Lima, Andressa de Oliveira Lanchotti focou a "Mediação de conflitos ambientais", abordando o aspecto legal, o marco regulatório existente hoje em relação à mediação e à conciliação e também a legislação que se avizinha, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e da Lei de Mediação.

O diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Rinaldo César Mancin, apresentou um panorama sobre os principais desafios sociais, ambientais e econômicos que cercam a implantação dos projetos de mineração. "É um setor que trabalha com recursos naturais não renováveis, e é comum vermos conflitos surgindo nesses processos. Muito disso vai parar na Justiça", afirmou Mancin.

O advogado William Freire destacou o controle estratégico da União sobre os recursos minerais, a mineração como atividade pública, as relações jurídicas minerador–superficiário no Brasil e apresentou um fluxograma do processo administrativo da atividade minerária, que começa com o requerimento de pesquisa e vai até o início da lavra e a exaustão da jazida. Freire ainda apresentou estudos de casos práticos.

MARCO REGULATÓRIO

Projeto e exposição sobre o novo marco regulatório foi o tema dos deputados federais Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão. Foi abordado o substitutivo do projeto enviado pelo Governo Federal à Câmara dos Deputados. "O objetivo é alertar todo o setor mineral para a necessidade principal de estruturarmos o atual departamento de mineração, que será a futura Agência. Não basta apenas aprovarmos leis no Brasil. A Lei de Mineração é antiga, mas é muito boa", afirmou o deputado Leonardo Quintão, que é relator do projeto, defendendo uma infraestrutura governamental para execução da lei.

O deputado Gabriel Guimarães, presidente da Comissão Especial do Novo Marco Regulatório da Mineração na Câmara dos Deputados, destacou que o objetivo da comissão é adequar a legislação atual, dar segurança para aquele que queira investir no setor e trazer para os municípios e estados que dependem da mineração a segurança de que essa atividade permanecerá, respeitando o meio ambiente, os trabalhadores e as comunidades que vivem em regiões mineradoras.

Discutir a "Responsabilidade Penal das Mineradoras" foi o tema da oficina coordenada pelo presidente Herbert Carneiro, pelo desembargador Eduardo César Fortuna Grion e pelo juiz Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, que destacaram diversos aspectos da responsabilidade penal das pessoas jurídicas.

A "Exploração Minerária: Evolução e Perspectivas", ministrada pelo engenheiro de Minas e consultor José Mendo e pelo diretor Jurídico da Anglo American, Gerson Ferreira do Rêgo, destacando a importância da mineração, assim como da agricultura. Eles trabalharam os aspectos conceituais, econômicos e a essencialidade da mineração na vida do ser humano, desde seu nascimento, e destacaram que um dos grandes desafios do setor é a comunicação com a sociedade. ●

CICLO DE VIDA

Fechamento de mina exige fase de restauração

Eduardo Rocha

Advogado Denes Lott palestra no último dia do evento

Ao tratar do tema 'Fechamento de Mina", o advogado de meio ambiente da Vale S.A., Denes Martins da Costa Lott, apresentou o ciclo de vida de uma mina, que começa com a pesquisa e estudo da área, seguido do desenvolvimento do projeto de exploração até a concessão de licença, que é autorizada por órgão ambiental, e que, no Brasil, tem levado cerca de 10 anos.

Depois vem a fase de operação. Por diversos motivos pode ocorrer o fechamento, temporário ou definitivo. Ocorrido o fechamento, a preocupação poderá ser de restaurar o ecossistema, recompor a vegetação, buscando trabalhar junto com a comunidade para encontrar alternativas de uso futuro da área. Outras razões para o fechamento de mina podem ser econômicas, queda do preço do minério no mercado internacional, razões técnicas e geológicas, acidentes ambientais, ou questões de segurança, mudanças políticas, pressão social, entre outras.

O advogado mostrou ainda fotos e imagens de minas que foram fechadas e suas áreas reutilizadas, como a mina Serra do Navio, no Estado do Amapá, a mina de Águas Claras, em Belo Horizonte, área onde hoje existe o Parque das Mangabeiras, e a mina de Córrego do Meio, em Sabará. Segundo Lott, o fechamento de mina é uma fase inevitável e que não está abordada na nossa legislação, mas existe menção no projeto do novo Marco Regulatório. ●

– MINI-ENTREVISTA: ADRIANO DRUMMOND CANÇADO TRINDADE

Eduardo Rocha

"Uma omissão muito grave". Essa é opinião do advogado Adriano Drummond Trindade sobre o fato do Direito de Superfície não ser mencionado no Projeto de Lei 5.807/2013, considerado o Marco Regulatório da Mineração. O especialista foi um dos convidados I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, realizado pela Amagis, e, no dia 25 de junho, palestrou sobre o Direito de Superfície. As palestras estão disponíveis no site amagis.com.br.

Quais os principais pontos envolvendo o direito de superfície?
Com a separação da propriedade sobre os recursos minerais, que pertencem à União, da propriedade do solo, o Direito deve apresentar as soluções para que, de um lado, o Estado - ou quem dele receba uma concessão - possa ter acesso ao local da jazida e, de outro lado, resguardar os direitos do proprietário da terra. O papel do Judiciário, aqui, é justamente pacificar as relações estabelecidas entre concessionários e superficiários, promovendo o reconhecimento de direitos e as compensações pertinentes.

E nos conflitos envolvendo concessionárias na mesma área?
No que diz respeito a conflitos envolvendo concessionárias sobre atividades na mesma área, ou atividades que porventura se conflitem com a mineração, a análise é feita caso a caso sempre com vistas a se compatibilizar os diferentes interesses, se possível. A premissa de que a mineração tem prioridade sobre outros interesses muitas vezes é afastada, mas a característica da rigidez locacional não pode ser inteiramente descartada. Encontrar o ponto de equilíbrio é o grande desafio.

Como o Judiciário tem resolvido essas questões?
Apesar da especificidade do Direito Minerário, o Judiciário tem, em linhas gerais, reconhecido as prerrogativas de concessionários e promovido as compensações devidas a proprietários ou possuidores de terras nas quais serão realizadas atividades de pesquisa ou lavra. De maneira geral, o Judiciário não hesita em aplicar o Código de Mineração e determinar as parcelas devidas por concessionárias a proprietários ou possuidores da terra a título de renda pela ocupação da área e indenização.

Qual a avaliação do senhor sobre o texto do Marco Regulatório da Mineração discutido no Congresso?
O Projeto de Lei 5.807/2013, enviado pelo Governo ao Congresso, contém uma grande lacuna nesse particular. Não menciona o superficiário em momento algum e somente se refere ao proprietário do solo quando trata da participação nos resultados da lavra. Ao ignorar completamente a relação jurídica que será estabelecida entre a empresa de mineração e o superficiário, o projeto em nada contribui para a busca pela paz social e pela estabilidade das relações jurídicas. É uma omissão muito grave. ●

Fotos: Eduardo e Roberto Rocha

Marcelo Albert/TJMG

Imagens do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, promovido pela Amagis

PAPEL FUNDAMENTAL

Norte de Minas fortalece integração nos 60 anos

Tiago Parrela

Juízes do Norte de Minas durante a comemoração em Montes Claros

Comissão saudou a celebração dos 60 anos da Amagis

A celebração dos 60 anos da Amagis, em Montes Claros (Norte de Minas), foi marcada pelo reconhecimento da diretoria da Associação aos juízes e juízas da região, cujo papel fundamental no fortalecimento da Associação e da magistratura mineira foi destacado pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

A história da Amagis passa pelas comarcas do interior do Estado. Em nome dessa integração, a diretoria da Associação realizou celebrações dos 60 anos do associativismo mineiro nas Comarcas de Juiz de Fora (Zona da Mata) e Alfenas (Sul de Minas), promovendo integração, celebrações e debates sobre o Judiciário em parceria com a Ejef.

O presidente da Comissão de Eventos dos 60 anos da Amagis, desembargador Jayme Silvestre, reforçou o lado social das comemorações e convidou magistrados da ativa e aposentados, pensionistas e seus familiares para participarem da segunda edição do livro "Receitas Ajuizadas", que será prefaciado por Dona Lucinha, referência nacional da culinária mineira. As receitas e sugestões podem ser enviadas para o e-mail imprensa@amagis.com.br, com nome e telefone do autor.

Participaram dos eventos, magistrados das Comarcas de Montes Claros, Januária, Várzea da Palma, Francisco Sá, Pirapora, Bocaiúva e São Francisco. A festa foi animada pela apresentação do humorista Carlos Nunes, com sua peça "Comi uma galinha e estou pagando o pato", e embalada pelo som da banda Henrique Jota.

Ainda no evento, o presidente Herbert Carneiro apontou, na abertura do "Curso jurídico sobre a Lei Maria da Penha – do Enfoque Humanístico à Prática", realizado nos dia 18 e 19 de junho, em Montes Claros, a importância da parceria entre a Amagis e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), no incentivo à formação dos magistrados mineiros. A palestra inaugural foi proferida pela conselheira Ana Maria Duarte Amarante, do Conselho Nacional de Justiça, que falou sobre "O Poder Judiciário e a Lei Maria da Penha". ●

TRADIÇÃO

Amagis reconhece força de sua história nos aposentados

A história sempre é marcada pela força de seus personagens. Nos corredores dos fóruns mineiros, é comum ouvir, com reverência, o nome de magistrados como os juízes Maurício Delgado e Francisco Bernardo Figueira, respectivamente, presidentes da Associação Regional de Magistrados (Armam), de Juiz de Fora, e da Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), de Belo Horizonte, que se fundiram à Amagis, em 1972, impulsionando o associativismo mineiro.

Os nomes dos desembargadores Lincoln Rocha, fundador da sede da Associação; Erotides Diniz, criador do Amagis Saúde, e Guido de Andrade, que empresta o nome à comenda da Amagis, são igualmente lembrados. Entretanto, todas essas lideranças só puderam levar seus projetos adiante com o apoio de toda a magistratura mineira, que dá vida à Associação em todas as comarcas de Minas Gerais.

Em reconhecimento àqueles que, silenciosamente, dedicaram suas vidas ao Judiciário mineiro e fazem parte da história do associativismo da magistratura estadual, a Amagis instituiu, na gestão do ex-presidente Bruno Terra (2010–2012), a homenagem aos aposentados, cuja primeira solenidade foi realizada, no dia 30 de julho de 2011, com o agraciamento de 25 juízes e desembargadores que se aposentaram no ano anterior.

A primeira edição da homenagem foi marcada pela emoção e despedida ao desembargador Nepomuceno Silva, falecido uma semana antes da entrega da placa condecorativa. Em entrevista aos pesquisadores do Memorial da Amagis, o desembargador defendeu um papel ativo dos magistrados nas lutas da classe: "A Associação é dos juízes. Cada juiz em sua comarca é que tem o dever de sair de sua toga e ir às associações, explicar e comunicar", afirmou Nepomuceno Silva por acreditar que "Cada juiz é um ente da associação".

Neste ano, a homenagem aos aposentados chegará à sua quinta edição. Mais do que uma demonstração de reconhecimento, as solenidades de agraciamento àqueles que não estão mais na ativa, tornaram-se expressão do compromisso da Amagis com quem, direta ou indiretamente, permitiu que a Associação chegasse aos seus 60 anos com o vigor idealizado por todos que a construíram ao longo do tempo. ●

Roberto Rocha

Homenagem foi instituída em 2011 como forma de reconhecimento aos aposentados

RECONHECIMENTO

TJMMG repercute e homenageia os 60 anos

Reprodução

O Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais destacou na 37ª edição da "Revista Estudos e Informações", produzida pelo órgão, os 60 anos da Amagis, comemorados neste ano.

Na reportagem, a publicação homenageia as seis décadas de intensa atuação da Associação em defesa das prerrogativas e direitos dos magistrados e em prol da cidadania, que a consolidaram como legítima representante da classe.

"A união entre interior e capital, que é cada vez mais intensificada, está presente no código genético da Amagis, pois a entidade é fruto dessa relação e ganhou corpo e se fortaleceu com a incorporação de duas outras associações", destacou a reportagem ao citar a fundação da Associação Regional de Magistrados (Armam), em Juiz de Fora, e da Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), cuja unificação criou a Amagis.

A Revista Estudos e Informações está disponível no site tjmmg.jus.br. ●

GRUPO CRÉDITO

O grupo atua em todo o Estado de Minas Gerais e em parte do Estado de São Paulo a mais de uma década como auxiliar do Poder Judiciário nas Varas Federais, Cíveis e do Trabalho, nos processos de **Recuperação Judicial, Falência e Execução.**

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37)9947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

fernando leiloeiro.com.br

Lucas LEILOEIRO.COM.BR

Jonas LEILOEIRO.COM.BR

Leiloeiros especializados em leilões presenciais e On-line

Contato (37) 3242-2001 - 9862-5659

VALORIZAÇÃO DA JUSTIÇA

TV Record Minas apoia campanha da Amagis

Helcio Zolini e Gustavo Paulus com Herbert Carneiro

A Rede Record Minas incluiu na sua grade de programação a exibição da Campanha de Valorização da Magistratura por uma Justiça Cidadã. O anúncio foi feito no dia 17 de junho, durante encontro, na sede da emissora, em Belo Horizonte, entre o diretor-presidente da Rede Record, Gustavo Paulus, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o diretor institucional da TV, jornalista Helcio Zolini. A veiculação começou a ser feita no dia 23 de junho.

O objetivo da campanha, que faz parte das comemorações dos 60 anos da Amagis, é destacar a importância do trabalho dos magistrados para a vida dos cidadãos e para a construção da paz social. Os vídeos veiculados destacam a atuação dos magistrados mineiros nas áreas de execução penal, direito à saúde e mediação de conflitos familiares.

As peças destacam o trabalho desenvolvido por juízes e juízas mineiros, que, muitas vezes, para cumprir seu papel se desdobram, em condições de trabalho pouco adequadas e sem a devida compreensão da sociedade do alcance social das decisões judiciais e de suas prerrogativas funcionais.

Lançada no final do ano passado, a campanha foi veiculada pela Rede Minas de Televisão, em fevereiro, e pela TV Band Minas, em maio. Na internet, os vídeos podem ser assistidos no site da amagis.com.br e no canal youtube.com/amagismg. ●

TRANSPARÊNCIA

TRE-MG disponibiliza lista de antiguidade na internet

Desde o início de junho, os magistrados mineiros podem consultar o quadro de antiguidade do TRE-MG para oportuna convocação à função eleitoral. A iniciativa do presidente do Tribunal Eleitoral, desembargador Geraldo Augusto, atende a anseio da magistratura e dá mais transparência ao processo.

Em ofício enviado ao presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, no dia 3 de junho, o presidente do TRE-MG informa que a disponibilização do quadro de antiguidade foi viabilizada a partir de estudos realizados pelas Secretarias de Gestão de Pessoas/Magistratura e de Tecnologia da Informação do TRE-MG.

No documento, o desembargador Geraldo Augusto solicita ainda que o novo recurso seja levado ao conhecimento da classe pela Associação. A consulta do quadro de antiguidade pode ser feita no seguinte endereço eletrônico: http://apps.tre-mg.jus.br/aplicativos/php/juizes/consultaCandidatosBienio.php. ●

Cláudia Ramos/TRE-MG

Sede do Tribunal Regional Eleitoral em Belo Horizonte

NOVO ESTATUTO

Herbert Carneiro defende debate com a sociedade

Na defesa do debate da Justiça cidadã, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, afirmou ser importante a participação da sociedade nas discussões sobre o novo Estatuto da Magistratura que, hoje, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da Amagis disse ainda que as Associações de magistrados solicitaram ao presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, a ampliação da discussão, antes de o anteprojeto ser enviado ao Congresso Nacional.

As declarações foram feitas durante o simpósio 'Judiciário e Imprensa', realizado em Uberlândia (Triângulo Mineiro), no dia 15 de junho, pelo Núcleo Regional da Ejef e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no qual Herbert Carneiro palestrou sobre a "Magistratura e Sociedade". O presidente da Amagis elogiou a inciativa da regional da Ejef por contribuir com o aperfeiçoamento do Judiciário.

DEMOCRATIZAÇÃO

O anteprojeto enviado pelo ministro Lewandowski prevê maior democratização do Poder Judiciário brasileiro, com a elegibilidade dos membros efetivos dos tribunais regionais, com, no mínimo, dois anos de jurisdição e que tenham sido indicados pelos magistrados de primeiro grau.

Comprometida com a democratização do Judiciário, a participação de toda a magistratura mineira, a diretoria da Amagis criou a Comissão para Estudos do Novo Estatuto da Magistratura, responsável por sistematizar e avaliar as sugestões enviadas por juízes de todo o Estado.

Divulgação

Simpósio foi realizado na faculdade de Direito da UFU

JUDICIÁRIO E IMPRENSA

O simpósio foi aberto pelo diretor do Foro de Uberlândia, juiz Paulo Fernando Naves, e ainda contou com a participação de magistrados desta Comarca: Lourenço Migliorini, titular da VEC, que proferiu a palestra "Conhecendo o Judiciário"; Walner Barbosa, titular da 4ª Vara Cível e diretor da 6a Seccional da Amagis; Carlos Cordeiro, titular da 2ª Vara Cível e coordenador regional da Ejef, que atuou como mediador dos debates; José Roberto Poiani, titular da Vara da Infância e Juventude, e José Márcio Parreira, titular da 8ª Vara Cível, servidores do Judiciário e estudantes dos cursos de Direito e de Comunicação da UFU.

O jornalista Orion Teixeira, apresentador do Pensamento Jurídico, programa de TV da Amagis nas TVs Justiça e Comunitária, participou do simpósio com a palestra "Comunicação e Judiciário". ●

CONHEÇA ALGUNS PONTOS DO ANTEPROJETO DO ESTATUTO

- Auxílio-transporte, quando não houver veículo oficial de representação à disposição do magistrado;
- Diárias e adicional de deslocamento;
- Indenização e abono de permanência;
- Adicional por prestação de serviços de natureza especial;
- Prêmio por produtividade;
- Adicional de férias;
- Décimo terceiro salário;
- Auxílio-funeral, extensível aos magistrados;
- Ajuda de custo por hora-aula preferida em curso oficial de aperfeiçoamento de magistrados, de servidores ou por participação em bancas em concurso público;
- Ajuda de custo pelo exercício cumulativo da jurisdição em outra unidade judiciária; na mesma unidade judiciária, quando se der acumulação de juízo ou acervo processual; ou no desempenho de função administrativa, correspondente a um terço do respectivo subsídio;

AÇÃO SOCIAL

Programa leva justiça e cidadania às escolas

Arquivo Pessoal

Premiação de campanha educativa na Escola João Beraldo

GEORGIA BAÇVAROFF

Há um ano, a Justiça da Comarca de Patrocínio, no Alto Paranaíba, anda de mãos dadas com a educação e a sociedade, por meio do projeto 'Justiça na Escola', idealizado na Comarca pelo juiz da Vara Criminal e da Infância e Juventude, Serlon Silva Santos. O objetivo é aproximar o Judiciário das instituições de ensino, a fim de combater e prevenir os problemas que afetam crianças e adolescentes, como o uso de drogas, bullying, violência, evasão escolar, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

De acordo com o juiz Serlon, diante das questões que chegavam ao fórum, foi percebida a necessidade de levar ferramentas aos professores e a toda a comunidade escolar que os auxiliassem na lida e no enfrentamento desses problemas. "Percebemos que no ambiente escolar, muitas vezes, são tratadas questões como bullying, drogas, entre outros. Se a Justiça age de forma proativa, no intuito de prevenir o aparecimento desse tipo de problema, o resultado pode ser positivo e poderemos evitar uma série de demandas", observou o juiz. Segundo ele, existe uma relação muito próxima da Justiça com a Educação, uma vez que diversos problemas deságuam exatamente nas audiências. "O bullying nas escolas, por exemplo, como a grande parte dos problemas que afetam as crianças e adolescentes, acontece principalmente pela desestruturação familiar. Se capacitarmos o professor, mostrando a ele a importância de suas atitudes e os reflexos dos seus posicionamentos dentro da sala de aula, e chamarmos a família para participar da vida escolar, muitos problemas podem ser prevenidos e resolvidos na base do diálogo, da verbalização e da compreensão", pontuou o juiz.

É isso que tem sido feito, há um ano, em Patrocínio. O resultado do programa virá em longo prazo, mas, diferenças comportamentais e de envolvimento maior dos alunos e da família na vida escolar já podem ser percebidas no município. ●

> **"Percebemos que no ambiente escolar, muitas vezes, são tratadas questões como bullying, drogas, entre outros. Se a Justiça age de forma proativa, no intuito de prevenir o aparecimento desse tipo de problema, o resultado pode ser positivo e poderemos evitar uma série de demandas**
> **– Juiz Serlon Silva Santos**

> **O 'Justiça na Escola' tem sido muito positivo para nosso município, porque envolve toda a comunidade educacional, as crianças e adolescentes e, inclusive, a família dos alunos. Hoje, percebo maior participação dos pais de alunos, que vêm até a escola e se interessam pelo desenvolvimento escolar do filho. Isso é muito gratificante**
> **– Maria Célia Silva, diretora da Escola Municipal João Beraldo**

Arquivo Pessoal

Conscientização contra bullying

Mural da Escola João Beraldo

Arquivo Pessoal

Campanha de prevenção contra acidente de trânsito

COMUNIDADE ESCOLAR

Professores como multiplicadores dos direitos

O juiz Serlon destacou que é de fundamental importância, para o andamento do projeto, o conhecimento dos atores acerca de seus direitos e deveres. "Os professores, dentro das escolas, funcionam como agentes multiplicadores. Buscamos a vivência do direito na escola e na realidade em que eles vivem", contou ele. A partir daí, são trabalhados valores como respeito ao próximo, ao indivíduo, tolerância, dedicação, carinho, solidariedade e outras ferramentas capazes de resolver situações e promover a harmonia e a segurança.

Além da preparação dos professores e diretores escolares de Patrocínio, por meio de palestras, o programa Justiça na Escola estimula a orientação e a conscientização de toda a comunidade escolar, inclusive dos familiares. Aulas de musicalização, apresentações, canto, violão e outras atividades são oferecidas às crianças e aos adolescentes do município, melhorando o ambiente escolar e a convivência entre os educadores, alunos e familiares.

Temas que, muitas vezes, afligem adolescentes são abordados na escola como fonte de informações e esclarecimentos. No caso das drogas, por exemplo, o juiz Serlon afirmou que o programa trabalha principalmente a questão da conscientização. "Mostramos, com dados e argumentos, o que a droga provoca na vida das pessoas, os estragos que ela causa e, consequentemente, a necessidade de se manter sempre afastado das drogas", disse, apontando que, dessa forma, as autoridades e educadores valorizam o diálogo, o entendimento, a conciliação.

Foi feita uma parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais. Quando necessário, é feito o acionamento da PMMG por um grupo de WhatsApp criado na Comarca com a participação dos diretores, educadores e policiais, para uma solução imediata e que tem dado resultado. "Há uma busca constante pelo ambiente saudável e harmônico, envolvendo a participação dos poderes constituídos, da sociedade e da comunidade escolar", destacou Serlon Santos. ●

PREVENÇÃO

Conscientização reforça função social da escola

O coordenador de Planejamento e Gestão da Educação da Secretaria Municipal de Educação de Patrocínio, Alexandre Vitor Castro da Cruz, observou que, em um ano de realização do projeto no município, já existe grande conscientização por parte dos diretores e dos professores, quanto ao papel social das escolas. "A escola deixou de ser aquela que apenas transmite conteúdo. Agora, desenvolve também o seu papel social, que é de fundamental importância. Essa transformação está sendo restabelecida em Patrocínio pelo programa Justiça na Escola", comemorou Alexandre Cruz.

Há 16 anos trabalhando na Educação, Maria Célia Silva é diretora da Escola Municipal João Beraldo, em Patrocínio, há seis anos. Para ela, é a educação que garante o desenvolvimento sociocultural e econômico de um País, portanto a transformação deve começar por ela. "O 'Justiça na Escola' tem sido muito positivo para nosso município, porque envolve toda a comunidade educacional, as crianças e adolescentes e, inclusive, a família dos alunos. Hoje, percebo maior participação dos pais de alunos, que vêm até a escola e se interessam pelo desenvolvimento escolar do filho. Isso é muito gratificante", afirmou a diretora.

Foi na Escola João Beraldo que, ano passado, estava o vencedor do concurso de Poemas, que foi feito com a participação de todas as escolas do município. O tema foi a Semana Nacional de Prevenção, e João Pedro foi o vencedor com o poema "Prevenir é a solução". No texto, João Pedro destaca que "no trânsito e em qualquer situação / para não ficar sem solução / o melhor é sempre a prevenção / o respeito com o pedestre / e com quem está na direção".

Valores que João Pedro aprendeu desde novo, em casa e na escola, para se tornar um bom cidadão. O mesmo acontece com os irmãos de João Pedro, o João Paulo, 10 anos, o João Felipe, 9 anos, e a Maria Clara, 6 anos. Todos estudam nas escolas públicas de Patrocínio e participam de todas as atividades que o ambiente escolar promove, como apresentações de música, artes e entretenimento. João Paulo contou que, além de estudar, ele brinca muito na escola. "Gosto de desenhar, mas prefiro escrever", afirmou ele, que tem, entre as matérias preferidas, a Geografia. Quando crescer, ele quer ter duas profissões: administrador de empresas e advogado.

É isso que o programa Justiça na Escola busca. Atuando em conjunto com a sociedade, escola, alunos e familiares, o programa valoriza o papel social da Justiça, formando parcerias fomentadas pela conscientização de que se pode resgatar a harmonia, a qualidade social para a família e para a comunidade. Isso é a base para a construção de uma nova sociedade mais humana e mais fraterna. ●

MODERNIZAÇÃO

Setor Jurídico é transferido para o 4º andar

Reforma fortalecerá a integração do Departamento Jurídico

Em função das obras de reforma do 3º andar da sede da Amagis, o Departamento Jurídico foi transferido para o 4º pavimento do prédio e funcionará nas salas 405 e 407, até a conclusão das obras, que visam à modernização do setor, proporcionando mais privacidade e um atendimento individualizado ao magistrado.

A reforma é fiscalizada pela comissão designada pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, integrada pela juíza Riza Nery, diretora do Parque Esportivo da Amagis, pelo desembargador aposentado José Nicolau Maselli e pelo juiz José Eustáquio Lucas Pereira, que, durante vistoria realizada no dia 29 de maio, considerou não haver necessidade de fazer mudanças no departamento financeiro da Associação.

Com a modernização do Departamento Jurídico, os atendimentos referentes a assuntos administrativos, ao TJMG, Jusprev e Ipsemg serão todos centralizados no mesmo espaço físico, proporcionando maior integração da equipe, que, hoje, atende aos associados em três salas diferentes.

O Departamento de Pessoal e a copa da Amagis, que funcionam no 3º andar, também serão reformados. Na copa, será criado um refeitório para oferecer melhores condições de uso aos funcionários da Associação, conforme orienta a legislação trabalhista. ●

TURISMO CULTURAL

Cabo Frio preserva e oferece viagem pela história do Brasil

Luciana Perez

Forte de São Mateus foi erguido para impedir a exploração estrangeira

Fósseis indicam que a presença do homem em Cabo Frio (RJ) data de cerca de 6 mil anos, quando um bando nômade instalou-se no chamado Morro dos Índios, uma pequena ilha rochosa às margens do Canal de Itajurú. Estudos demonstram que a ocupação do litoral da região por índios tupinambás teve início há mais de 1.500 anos.

Em 1503, após um naufrágio, da terceira expedição naval portuguesa, em Fernando de Noronha, para reconhecimento do litoral brasileiro, a frota dispersou e, sob o comando de Américo Vespúcio, dois navios seguiram viagem até a Bahia e depois para a Região dos Lagos (RJ), onde construíram uma fortaleza para guarnecer e explorar o pau-brasil abundante na margem continental da Lagoa de Araruama.

Apesar da posse da nova descoberta ter sido efetivada pela coroa portuguesa em 1512, a colonização de Cabo Frio só teve início a partir de 1615. Nesse período, a história da região foi marcada por vários conflitos entre franceses e portugueses pela disputa da exploração do pau-brasil. A Guerra de Cabo Frio, em 1575, pode ser considerada um dos principais confrontos da época.

Sob o comando do governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, um exército formado por soldados da região da Baía de Guanabara, São Vicente e Espírito Santo, apoiados por uma tropa tupiniquim catequizada, seguiu por terra e mar a fim de acabar com o domínio francês em Cabo Frio. Foi uma batalha sangrenta, com dois franceses, um inglês e o pajé tupinambá enforcados, e quinhentos guerreiros assassinados a sangue frio e aproximadamente 1.500 índios escravizados. Após o massacre, um bloqueio naval com base no munícipio do Rio de Janeiro foi estabelecido.

Passado quatro anos da Guerra de Cabo Frio, com a crise de sucessão do trono português e a dinastia Filipina em 1580, a presença de navios espanhóis no porto de Araruama, que ainda era combatida em 1576, praticamente dobrou até o início da colonização.

Em 1615, depois de combater navios holandeses que aportavam na região e, inclusive, os ingleses, com os quais havia se aliado, o governador Constantino Menelau recebeu ordens do rei da Espanha Felipe III para estabelecer um povoado na região. Em novembro do mesmo ano, com o trabalho de 400 homens brancos e índios catequizados, Menalau ergueu o Forte de Santo Inácio do Cabo Frio e fundou o município de Santa Helena do Cabo Frio, sétima cidade mais antiga do País, que, além das praias, oferece aos visitantes uma viagem pela história do Brasil. ●

Secretaria de Turismo de Cabo Frio

Convento N.Sª dos Anjos

Fazenda Campos Novos

Anjo Caído

CONBRASCOM

Comunicação é debatida no TJ

Jornalistas de todo o País discutiram, nos dias 18 e 19, a comunicação pública, sua gestão e perspectivas no sistema de Justiça durante o XI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), realizado pela primeira vez em Belo Horizonte, com o apoio da Amagis e do TJMG.

Na abertura, o 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Wander Marotta, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Pedro Bitencourt, ressaltou a importância da mídia como instrumento da crítica ao poder público. "Em um regime democrático como o nosso, é fundamental para esclarecer dúvidas e explicitar a transparência nas nossas ações", afirmou.

O presidente do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, Vanderlei Luiz Ricken, agradeceu ao presidente do TJMG e ao presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, pelo apoio e frisou a necessidade de se debater a comunicação pública.

Além deles, participaram da abertura do congresso, o presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida; a presidente do TRT 3ª Região, desembargadora Maria Laura Franco; a secretária-geral do Ministério Público, promotora de Justiça Élida de Freitas Resende; o presidente do TRE de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho; o diretor do Foro da Justiça Federal, juiz federal Miguel Ângelo de Alvarenga, entre outras autoridades. ●

Georgia Baçvaroff

Herbert Carneiro e Wander Marotta integram mesa de abertura do Conbrascom no TJMG

CORTESIA

Deputado visita a Associação

Herbert Carneiro com o deputado João Alberto

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, recebeu, no dia 3 de junho, na sede da Associação, em Belo Horizonte, o deputado estadual João Alberto em uma visita de cortesia, quando tratou de assuntos relacionados ao Judiciário e de interesse da magistratura.

A manutenção da boa interlocução com os poderes Legislativos, Executivo e Judiciário, além de outras associações de classe e instituições da sociedade civil organizada, é uma preocupação da diretoria da Amagis que visa, por meio do diálogo, criar instrumentos para a construção de uma Justiça cada vez mais cidadã, capaz de atender aos anseios da sociedade. ●

INTERLOCUÇÃO

Amagis e Cemig reafirmam parceria

Georgia Baçvaroff

Raul Lycurgo e a diretoria da Amagis

A diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 22 de junho, com a diretoria da Cemig, em Belo Horizonte, para estreitar e reafirmar a parceria. A estatal apoia a Associação na publicação das revistas Amagis Jurídica e MagisCultura.

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, foi recebido pelo diretor Jurídico da Cemig, Raul Lycurgo Leite. Participaram da reunião, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixôto; o vice-presidente de Saúde, juiz substituto no TJMG, Maurício Soares; a diretora de Comunicação, juíza Rosimere Couto; o diretor Financeiro, juiz José Martinho; o assessor especial da presidência, juiz Carlos Donizetti, e a assessora do diretor jurídico da Companhia, Beatriz Pierre. ●

EXEMPLO

Varginha celebra centenário do Professor Levenhagen

Georgia Baçvaroff

Familiares de Levenhagen em homenagem na Câmara Municipal

"Juiz não despacha porque não recebe". Noticiaram, em outubro de 1963, jornais de várias partes do País. As manchetes repercutiam a decisão do magistrado e professor Antônio José de Souza Levenhagen, que, no dia 31 daquele mês, negou-se, em um despacho, a julgar qualquer processo em protesto ao atraso dos vencimentos da magistratura. A decisão ganhou repercussão nacional e força política, e, em menos de dois meses, o então presidente da República, João Goulart (1961/64), publicou decreto fixando a suplementação federal da classe.

A determinação do professor Levenhagen foi reverenciada na celebração do seu centenário, realizado, no dia 12 de junho, na Faculdade de Direito de Varginha (Fadiva)e na Câmara Municipal, quando a família do professor, nas pessoas de seus filhos, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Antônio José de Barros Levenhagen, e o ex-presidente da Amagis e desembargador, Carlos Augusto Levenhagen, receberam a Medalha Professor Antônio José de Souza Levenhagen.

Na abertura da solenidade, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ressaltou que, há 51 anos, o professor Levenhagen foi a primeira voz a se manifestar contra o descaso do Poder Executivo sobre o Judiciário. "O exemplo do juiz de Passa Quatro ainda inspira as lutas da magistratura mineira e nacional em favor da plena autonomia do Judiciário", afirmou.

A solenidade contou com a presença do presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt; do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo dos Santos; do presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, e diversas autoridades. ●

DESPEDIDA

Baía Borges é homenageado

No dia 10 de junho, foi a vez do Órgão Especial do TJMG manifestar seu reconhecimento na despedida do desembargador José Antonino Baía Borges, que se aposentou no final de junho. Na despedida, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, destacou a participação de Baía Borges na Associação, que, segundo ele, com o perfil conciliador sempre ensinou a todos a convivência com as dificuldades, desafios e divergências. "Onde se faz presente, o desembargador Baía Borges é sinal de consenso, convergência, bons princípios e carisma", afirmou.

Ciente da importância do magistrado para o associativismo mineiro, Herbert Carneiro completou: "Lamento a saída do desembargador Baía Borges da atividade judicial e reafirmo a certeza de que estará entre nós na vida associativa. A Amagis é sua casa e continuará sempre de portas abertas para Vossa Excelência".

O presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, destacou que a atuação do desembargador Baía Borges no Judiciário mineiro deixa sua marca de simplicidade, do espírito fraterno e acolhedor. O 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Kildare Carvalho, disse que aprendeu com Baía Borges não só como bem praticar Justiça, mas principalmente lições de vida e humanidade.

Georgia Baçvaroff

Desembargador Baía Borges aposentou-se no final de junho

Baía Borges agradeceu a todos pelas palavras, demonstrando sua estima ao Judiciário mineiro. "À magistratura de Minas posso dizer que devo muito, devo tudo, o aprendizado constante, o fazer Justiça", afirmou. ●

CONVÊNIO

Santa Luzia firma parceria pioneira com a PM

Georgia Baçvaroff

Magistrados e representantes do Executivo e Legislativo

Santa Luzia (Grande BH) foi a primeira Comarca de Minas Gerias a receber uma unidade da Polícia Militar de Minas Gerais para a audição de pessoas civis em processos de procedimentos administrativos. A instalação da sala no Fórum Desembargador Pedro Viana foi realizada no dia 28 de maio.

Segundo o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Antônio Sérvulo, a realização das oitivas dos militares e civis em processos relacionados a policiais militares traz segurança e tranquilidade para os militares e a sociedade.

A diretora do Foro da Comarca e diretora de comunicação da Amagis, juíza Aldina Soares, destacou que o Poder Judiciário e a PM sempre caminharam lado a lado em busca do bem comum, da verdade e da Justiça. "Juntos iremos somar esforços na formação de uma sociedade melhor, cada um na sua função social", afirmou.

A vice-presidente administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixôto, representou o presidente Herbert Carneiro na solenidade, da qual participaram o prefeito de Santa Luzia, Carlos Alberto Calixto; o vereador Carlos Murta; o juiz Cel. PM James Ferreira Santos; a desembargadora Yeda Monteiro; a desembargadora convocada, juíza Maria Luiza Assunção; os juízes auxiliares da Corregedoria, Rui de Almeida e Renato César Jardim; as juízas de Santa Luzia, Arlete Coura; Edna Lopes Caetano; Márcia Heloisa Silveira e Sabrina Alves, e o juiz da Comarca Rogério Araújo Abreu. ●

DIREITO INTERNACIONAL

Juízes participam de curso de inverno

Reprodução da internet

Magistrados participam, dos dias 13 a 24 de julho, do XI Curso de Inverno de Direito Internacional, organizado pelo Centro de Direito Internacional (Cedin), realizado em Belo Horizonte, com o apoio da Amagis.

O curso tem o objetivo de estimular e qualificar a reflexão e o debate sobre os principais temas do Direito Internacional. A Amagis ofereceu 15 vagas gratuitas para seus associados.

Na primeira semana do curso, serão debatidas a expulsão de estrangeiros no Direito Internacional, o mundo árabe face à mundialização, organizações regionais e a Carta Árabe de Direitos Humanos, Direito Coorporativo e Direitos Humanos na Esfera Internacional.

Na segunda semana, serão tratados temas como a obrigação de desarmamento internacional nuclear perante a Corte Internacional de Justiça, relações externas da União Europeia e o papel da ONU, Direito da União Europeia e Direito de Conflitos. ●

CONHECIMENTO E DIVERSÃO

Centros culturais oferecem programação de férias

Marcos Figueiredo/PUC Minas

Museu da PUC expõe fósseis de dinossauros, preguiças gigantes, esqueletos e animais do cerrado

Do dia 21 a 31 de julho, o Memorial Minas Gerais Vale realizará a 7ª edição do programa Férias Divertidas no Memorial, com uma programação especial para crianças e adolescentes, durante o período das férias escolares.

Serão realizadas oficinas como a "Cores Rupestres", na qual as crianças poderão registrar suas impressões sobre o memorial, por meio de pigmentos minerais e vegetais, utilizando técnicas que estimulem reflexões sobre pinturas rupestres como formas de comunicação.

A confecção de cadernos artesanais para serem usados como álbuns de fotografias, na oficina "Encadernando Memórias", é outra atividade que pretende estimular a imaginação da criançada.

Ao todo, o memorial oferecerá sete oficinas: "Cores Rupestres", "Caminhos e Descaminhos", "Encadernando Memórias", "Olhares Postais", "Brincando e Fotografando", "Memórias Animadas" e "Pequenos Cidadãos".

As atividades no Memorial Minas Gerais Vale são gratuitas e com vagas limitadas. Por isso, é importante fazer a inscrição prévia pelo telefone (31) 3343-7317. Os pais ou responsáveis deverão permanecer no memorial enquanto durar a oficina.

Outra opção de lazer com a criançada é a visita ao Museu de História Natural da PUC Minas, cujas atividades serão realizadas do dia 22 de julho a 1º de agosto, de terça a sábado. Os interessados poderão participar de oficinas, brincadeiras, escavação no tanque de areia, trilha ecológica, sessões de cinema e apresentações no planetário.

Os visitantes terão ainda a oportunidade de apreciar as exposições de dinossauros, preguiças gigantes, esqueletos e animais do cerrado mineiro taxidermizados. Mais detalhes sobre a agenda cultural podem ser obtidos pelos telefones (31) 3319-4520 e (31) 3319-4152 ou pelo site pucminas.br/museu.

Com uma programação permanente, que inclui atividades lúdicas e artísticas, o Museu dos Brinquedos também prepara uma edição especial para as férias escolares. O Centro Cultural Banco do Brasil oferece regularmente ações educativas que inclui visitas teatralizadas, laboratório aberto e histórias das exposições que estão em cartaz, narradas em cantos ou contos. As atividades têm uma duração média de 45 minutos e as crianças devem estar acompanhadas dos pais.

O contato com a natureza também é uma alternativa. O Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG oferece cursos, atividades e oficinas voltadas à preservação ambiental e à promoção do conhecimento pela valorização da natureza. O Parque Municipal das Mangabeiras e o Parque da Serra do Curral são mais duas opções para quem estiver procurando o contato com a natureza. ●

PROGRAME AS FÉRIAS ESCOLARES

Memorial Minas Gerais Vale
Praça da Liberdade, s/nº, esquina com Rua Gonçalves Dias, Savassi.
Site: memorialvale.com.br
Telefone: (31) 3308-4000

Museu de Ciências Naturais PUC Minas
Avenida Dom José Gaspar, 290, Coração Eucarístico.
Site: pucminas.br/museu
Telefones: (31) 3319 4520 ou (31) 3319 4152

Museu dos Brinquedos
Avenida Afonso Pena, 2.546, Funcionários.
Site: museudosbrinquedos.org
Telefone: (31) 3261-3992

Centro Cultural Banco do Brasil
Praça da Liberdade, 450, Funcionários.
Site: culturabancodobrasil.com.br
Telefone: (31) 3431-9400

Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG
Rua Gustavo da Silveira, 1.035, Santa Inês – Portaria I
Site: mhnjb.ufmg.br
Telefone: (31) 3409-7650

INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA

Fotos: Fernanda Marquês

ADOÇÃO

Há mais de 31,6 mil pretendentes a pais e mães em diferentes partes do Brasil e cerca de 5,5 mil crianças para adoção. Em pauta, no Via Justiça, a demora nos processos e o trabalho da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Minas Gerais. Nossos convidados são o desembargador Wagner Wilson Ferreira, da 16º Câmara Cível e integrante da Comissão, e a promotora de Justiça Matilde Fazendeiro Patente, do Ministério Público de Minas. (foto)

EXPLORAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO

O Via Justiça aborda o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, promovido pela Amagis. O evento faz parte das comemorações dos 60 anos da Associação dos Magistrados Mineiros e terá a participação de especialistas de todo o País, discutindo os reflexos econômicos, ambientais e sociais da atividade mineradora no Estado. Participam desse programa, o advogado William Freire, especialista em Direito Minerário, e José Mendo, presidente da J. Mendo Consultoria.

INCLUSÃO DOS DEFICIENTES

O Via Justiça analisa a nova Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O texto é uma espécie de marco legal das pessoas com deficiência e trata de questões relacionadas a diversos aspectos da vida de pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual. Nesse programa, participam o desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e a presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conped), Kátia Ferraz Ferreira.

AUXÍLIO-RECLUSÃO E A POPULAÇÃO CARCERÁRIA

O Via Justiça destaca o auxílio-reclusão, o aumento da população carcerária no Brasil e a superlotação dos centros de internação de adolescentes em conflito com a lei em Minas Gerais. Nossos convidados são a juíza Miriam Vaz Chagas, da Vara de Execução Penal de Ribeirão das Neves, e o defensor público Flávio Aurélio Wandeck Filho. De acordo com dados do Ministério da Justiça, 607.731 pessoas estão presas no país. Houve um crescimento de 161% no total de presos desde o ano 2000. Como explicar este crescimento? Confira! ●

ASSISTA

TV Assembleia	TV Justiça	TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h	Sábado, às 15h30	Sexta-Feira, às 23h30

PENSAMENTO JURÍDICO

LEI ANTIFUMO

No Brasil, costuma-se dizer que há leis quem pegam e outras que não. A lei que proíbe o fumo atingiu seu objetivo? Quais foram as mudanças impostas na lei? Reduziu o número de fumantes? Proibir alguém de fumar afeta o direito e a liberdade de escolha? Esses são os principais temas do Pensamento Jurídico para a nossa convidada, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Divina de Paula Peixôto, da 6ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. (foto)

CONFLITOS DE FAMÍLIA

O novo Código de Processo Civil, que entra em vigor no ano que vem, propõe solução consensual de conflitos de família, mas estimula o litígio e o aumento da demanda com a volta da separação judicial. Que outras alterações afetam o direito de família? Amantes têm direito a pensão alimentícia? Nesse programa, entrevistamos o juiz José Eustáquio Lucas Pereira, da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte.

ALIENAÇÃO PARENTAL

Crescem os casos de alienação parental, desafiando o Direito de Família. O que pode ser feito para evitar, prevenir e resgatar a paz entre pais que não são mais casados e seus filhos? O aumento nos casos de alienação parental teria relação com a proliferação do número de divórcios? Essas e outras questões estão no Pensamento Jurídico. Participa desse programa, o desembargador Pedro Aleixo, da 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

DANOS MORAIS

Dano moral, material, temporal e estético. Recorre-se à Justiça contra várias categorias de danos. Nos últimos dez anos, processos dessa natureza chegaram a 67 mil no Superior Tribunal de Justiça. Quais os limites e como se calculam as indenizações por dano? Para responder a essa pergunta, o Pensamento Jurídico foi até a cidade de Alfenas conversar com o juiz Paulo Cássio Moreira, da 2ª Vara Cível dessa Comarca do Sul de Minas. ●

ASSISTA

TV Justiça	TV Comunitária
Sábado, às 18h30	Sábado, às 22h

LEI DAS DOMÉSTICAS

Simples Doméstico unificará pagamento de tributos

Shutterstock

Lei amplia os direitos garantidos pela PEC das Domésticas

O Governo Federal tem até o final de setembro deste ano para regulamentar o Simples Doméstico, sistema que poderá ser acessado pela internet e unifica os pagamentos, pelos empregadores, dos direitos garantidos ao empregado doméstico com a publicação, no Diário Oficial da União, no dia 2 de junho, da chamada Lei das Domésticas.

Com a ferramenta, o empregador poderá emitir uma guia única para pagar o FGTS, seguro contra acidentes de trabalho, INSS e fundo de demissão sem justa causa. Todas as informações necessárias à apuração dos encargos deverão ser prestadas por meio do Simples Doméstico. Caso esse procedimento não seja feito, será cobrada uma multa de 2% sobre o valor dos encargos, ainda que pagos.

A lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 1º de junho, amplia para sete os direitos que já haviam sido garantidos pela PEC das Domésticas. Entre as novidades, estão o adicional noturno, salário-família, auxílio-creche e pré-escola, recolhimento do FGTS por parte do empregador, seguro-desemprego e seguro contra acidentes de trabalho. O INSS recolhido mensalmente pelo empregador será de 8%. Veja ao lado como serão cobrados os novos benefícios e abaixo quais são os direitos dos domésticos. ●

CONHEÇA TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS

- Proteção ao salário, sendo crime retenção dolosa de pagamento
- Garantia de salário mínimo para quem recebe remuneração variável
- Indenização em demissão sem justa causa
- Auxílio-creche e pré-escola para filhos e dependentes de até cinco anos de idade
- Adicional noturno
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) obrigatório
- Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
- Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 anos
- Proibição de descriminação em relação à pessoa com deficiência
- Hora-extra
- Recolhimento dos acordos e convenções coletivas
- Observância de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho
- Jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais
- Seguro contra acidente de trabalho
- Proibição de descriminação de salário, de função e de critério de admissão

ENTENDA OS NOVOS DIREITOS

ADICIONAL NOTURNO

Devido para trabalho realizado entre as 22h e 5h. Segundo a regulamentação, a hora do trabalho noturno equivale a 52,5 minutos e a remuneração deve ter acréscimo de 20% sobre o valor da hora diurna. Quem trabalha em horários mistos, que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o que está determinado na lei.

SALÁRIO-FAMÍLIA

O trabalhador avulso com renda de até R$ 725,02 tem direito a R$ 37,18, por filho de até 14 anos incompletos ou inválido. Aqueles que recebem mais de R$ 1.089,72, tem direito, por filho, a R$ 26,20.

AUXÍLIO-CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Benefício vai depender de convenção ou acordo coletivo entre sindicatos de patrões e empregadas.

RECOLHIMENTO DO FGTS

Ainda depende da publicação da regulamentação do Simples Doméstico pelo Conselho Curador do FGTS e pela Caixa Econômica Federal, operadora do fundo. O tempo para regulamentação é de 120 dias. O empregador doméstico somente passará a ter obrigação de promover a inscrição e de efetuar os recolhimentos referentes a seu empregado após a entrada em vigor do regulamento.

DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

Deverá ser depositado pelo empregador, mensalmente, 3,2% do valor recolhido de FGTS para posterior pagamento da multa dos 40% de FGTS em caso de demissão sem justa causa. Depende da regulamentação do Simples Doméstico.

SEGURO-DESEMPREGO

Será pago ao trabalhador doméstico dispensado sem justa causa o valor de um salário mínimo, no máximo por três meses. O benefício será concedido na forma da Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e nos termos do regulamento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO

Contribuição de 0,8% deverá ser paga pelo empregador. Depende da regulamentação do Simples Doméstico.

Fonte: Agência EBC

RECURSOS HÍDRICOS

Dança das chuvas na Praça dos Três Poderes

DESEMBARGADOR TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Ao receber as três últimas contas de luz, o consumidor certamente se lembrou da fala da presidente, em 06/09/2012, ao anunciar na TV "a mais forte redução de que se tem notícia, neste País, nas tarifas de energia elétrica das indústrias e dos consumidores domésticos", no início de 2013, e que "a partir daí todos os consumidores terão sua tarifa de energia elétrica reduzida, ou seja, sua conta de luz vai ficar mais barata. Os consumidores residenciais terão uma redução média de 16,2%. A redução para o setor produtivo vai chegar a 28%". Tal redução tornaria a indústria mais produtiva, diminuiria a inflação, ajudaria as exportações e, em especial, as indústrias em dificuldades, evitando demissões de empregados.

Poderia ter sido uma boa notícia. Mas não foi, infelizmente! Menos de dois anos e meio, deu o contrário: o País entrou em recessão; o setor industrial desmoronou (queda de 9,1%); a inflação em apenas 4 meses estourou o centro da meta; a renda real do trabalhador (valor nominal corrigido dos efeitos de inflação), se comparado com janeiro, caiu 1,4 %, e o número de pessoas empregadas com carteira assinada é o menor desde 2000.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por sua vez, aprovou expressivas revisões extraordinárias das tarifas para as 58 distribuidoras de eletricidade, já em vigor, com impacto nacional médio de 23,4%. Em março, mais da metade da inflação foi atribuída à energia elétrica. Para a Eletropaulo, Cemig e Light, o aumento médio das tarifas foi de 31,9%, 28,8% e 22,5%, respectivamente. Visou custear o repasse da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), pois o Tesouro falido, em época de ajuste fiscal, não tem caixa para fazer aportes. O orçamento da CDE, para 2015, exigirá repasses de R$ 18,92 bi. Além do aumento de 23,4%, os clientes das três empresas pagarão mais R$ 3,13 bi, pela primeira parcela da devolução da ajuda do Tesouro.

O consumidor, ainda sob os efeitos do choque de 40%, em média, das tarifas do primeiro trimestre, poderá sofrer um novo tarifaço. A consultoria PSR, em 28 de abril, apurou um passivo excedente de R$ 64 bi, ainda sem alocação definida. Provavelmente, pelas dificuldades do Tesouro, será lançado diretamente nas contas de luz. Para Rodrigo Polito, do Valor Econômico, a maior parte dos custos extras se relaciona à Medida Provisória 579/2012, da renovação das concessões. "Dos 63,8 bilhões calculados pela consultoria, R$ 27,6 bilhões são referentes a indenizações de ativos de transmissão e geração."

Segundo o especialista, há ainda um déficit de R$ 4,8 bilhões, entre os custos variáveis da distribuição e os recursos aportados via bandeira tarifária para o período de março a dezembro. Como o valor de janeiro e fevereiro não foi compensado pelas bandeiras, o custo será de R$ 1,3 bi, sendo de R$ 61 bilhões o total ainda não repassado ao consumidor. Mas existe outra parcela bilionária: a decisão da Comissão de Monitoramento do Setor Elétrico (MSE), de manter as térmicas ligadas. A consultoria PSR calculou o efeito do auxilio ao segmento das geradoras em R$ 10,5 bilhões. Finalmente, o custo do tripé para descartar o racionamento (importação de energia da Argentina e Uruguai; manutenção do parque termoelétrico de Manaus e a contratação de energia de geradores a diesel dos grandes consumidores nos momentos de pico): impacto de R$ 11,5 bilhões.

Portanto, os riscos hidrológicos, por si só, não explicam os reajustes. Em 2012, o governo ofereceu a renovação automática das concessões a vencer em 2017, em troca da redução das tarifas (MEP 579/12). Em 2014, a geração hidroelétrica foi reduzida em razão de políticas de expansão e operação impostas pelo governo, impossível de ser antecipadas pelos geradores. Esses, que já haviam chiado, questionando as indenizações da União, pelos investimentos feitos, têm no GSP (Generatios Scaling Factor), um pesadelo bilionário. Em suma, o setor elétrico adernou em erros primários. Diante do descolamento da realidade, talvez uma nova fala da governanta, na TV ou nas redes sociais, se faça mais oportuna: convocar a militância e os índios de Goiás para uma dança das chuvas na Praça dos Três Poderes. No vale-tudo da política brasileira, é melhor não duvidar. ●

QUALIDADE DAS LEIS

Bom atendimento na Justiça promove a cidadania

LUIZ GUILHERME MARQUES*

Rodrigo Albert/TJMG

Ouvidoria do TJMG aproxima Judiciário do cidadão

Quando ocorre alguma coisa que desagrada as pessoas, a maioria procura atribuir a culpa a alguém, numa mania consolidada de criticar sistematicamente, virando até uma neurose. Há pessoas que, no fundo, preferem não ter seus problemas resolvidos para poder jogar toda a sua carga de bile para fora e olhem que não é pouca gente que tem essa mentalidade doentia.

Essa é uma das realidades humanas: o pessimismo.

Este artigo visa explicar algumas coisas que os cidadãos comuns, ou seja, não ligados diretamente à Justiça, desconhecem.

A maioria dos problemas dela se deve à má qualidade das leis, que emperram a estrutura e os processos, sendo que elas, falando de uma forma geral, são elaboradas pelos Legislativos (federais, estaduais e municipais) com a sanção do respectivo Executivo.

> "A morosidade e outras mazelas atribuídas ao Judiciário são, na verdade, da responsabilidade das más leis, que permitem expedientes desonestos procrastinatórios e assim por diante."

Juiz simplesmente faz cumprir as leis e não tem culpa se elas são injustas ou malfeitas.

Como acontece em muitos casos nos Estados Unidos, a população deveria ser consultada pelos Legislativos quando da elaboração das leis e não reclamarem do Judiciário por conta de muitas situações desagradáveis que dizem respeito principalmente aos processos judiciais.

A morosidade e outras mazelas atribuídas ao Judiciário são, na verdade, da responsabilidade das más leis, que permitem expedientes desonestos, procrastinatórios e assim por diante.

A falta de investimentos suficientes na verdadeira e completa informatização da Justiça, por exemplo, e outras dificuldades mostram que não interessa aos políticos e aos grandes empresários o bom funcionamento da Justiça.

A razão para pensarem dessa forma é simplesmente que eles se beneficiam com o emperramento da Justiça por uma variedade de maneiras.

Neste pequeno espaço de quatro mil caracteres não dá para explicar tudo isso.

Mas uma coisa que nos compete e que não devemos deixar de fazer é atender bem aos cidadãos, pois, se os atendermos mal, essa culpa é mesmo nossa.

Assim, cada juiz, cada serventuário da Justiça, cada desembargador, cada ministro deve, juntamente com os promotores de justiça, os defensores públicos, delegados de polícia e militares da PM, dedicar sua atenção a cada problema ocorrente e dar-lhe solução.

Em textos posteriores, desenvolverei o tema com maior profundidade e abrangência.

Na França, entende-se que o Judiciário não é um Poder, mas apenas um setor do Serviço Público, mas lá somente o povo é considerado Poder.

> "Uma coisa que nos compete e que não podemos deixar de fazer é atender bem aos cidadãos, pois, se os atendermos mal, essa culpa é mesmo nossa."

Mas acho que esse debate em nada melhora a vida dos cidadãos, porque as pessoas precisam não de teorizações, mas de soluções.

Na Inglaterra, por exemplo, o Direito Constitucional se resume a poucos princípios e sequer existe uma Constituição.

O que importa é que o Serviço Público seja eficiente e rápido, o que não acontece no Brasil, inclusive na área do Judiciário.

Quando um processo na França demora mais do que o razoável, o país é condenado pela Corte Europeia dos Direitos Humanos (falo nisso no meu livro "Direitos Humanos na França).

Mas, voltando ao foco do nosso estudo, não se pode admitir falta de boa vontade no Serviço Público.

Quem não tem boa vontade deveria escolher outra área de trabalho, mas não o Serviço Público.

Michel de Montaigne, que foi desembargador na França do século XVI, afirmava que servir ao público é a maior glória que alguém pode almejar.

Acho essa afirmação de extrema felicidade e gosto de citá-la sempre que falo no Serviço Público.

Quando falo em servir lembro-me de José Armando Pinheiro da Silveira, José Norberto Vaz de Mello, Reynaldo Ximenes Carneiro e José Fernandes Filho, aos quais dedico este artigo. ●

(*) Juiz de direito da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora, autor de livros como "Judiciário do Brasil - propostas".

(Desembargador João Quintino Silva)

Expressão Barroca

"Ao perder-te eu a ti

tu e eu é que perdemos

eu porque que tu eras quem eu mais amava

e tu porque eu era quem te amava mais.

Mas de nós dois tu perdes mais

do que eu: porque eu poderei amar

a outras como amava a ti

mas a ti não te amarão como te amava eu."

No poema ao lado, o poeta nicaraguense ERNESTO CARDENAL, inspirado na patrícia CLÁUDIA, em estilo francamente barroco, desenvolveu uma curiosa dialética a partir da confrontação dos verbos AMAR e PERDER, numa sequencia de situações e contradições entre atos de amar e de perder esse mesmo amor.

Em semelhante guerra cujos petardos são pétalas de rosa, tendo por fumaça as próprias flores, o poeta sobrepõe à parceria, vaidoso e convencido, sua capacidade maior de amar donde, perdendo ambos, perde ela mais no ingrato desenlace da relação de amor.

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembagador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br **ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!**

BENEFÍCIO

Conselho amplia inclusão de familiares no plano

Tiago Parrela

Conselho Gestor em reunião na sede da Amagis Saúde

O Conselho Gestor da Amagis Saúde aprovou, no dia 17 de junho, a inclusão de familiares do titular no plano. Com a alteração, poderão ser incluídos beneficiários parentes do titular como irmão, nora e genro com idade de até 35 anos.

Para além da autogestão, a Amagis Saúde é considerada um plano familiar, merecendo atenção especial da diretoria da Associação, que, com atuação do Conselho Gestor e o apoio técnico da Oliveira Rodarte Advogados, especializada em saúde suplementar, avalia mensalmente o plano, observando as necessidades dos seus usuários em busca de melhorias e garantias para o serviço prestado.

Participaram da reunião, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Soares, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, desembargador Tiago Pinto, e os desembargadores Edison Feital, José Geraldo Saldanha da Fonseca, Francisco José Lopes de Albuquerque, Márcio Aristeu Monteiro de Barros, e os juízes Cláudio Figueiredo e Noelho Adelino Machado, além da coordenadora do Amagis Saúde Marina Shizuko e a advogada Fernanda Oliveira, da empresa Oliveira Rodarte.

Mais informações sobre o cadastro, inclusão e exclusão no plano de saúde podem ser obtidas pelo telefone (31) 3079-3482. ●

DOAÇÃO DE SANGUE

Amagis apoia Junho Vermelho

Há 11 anos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) instituiu o dia 14 de junho como o Dia Mundial do Doador de Sangue, com o objetivo de chamar a atenção da importância da doação voluntária e regular.

Neste ano, a Amagis Saúde aderiu à campanha Junho Vermelho, de inciativa do Movimento "Eu dou Sangue pelo Brasil", que pretende incentivar as doações de sangue em todo o País nos meses de junho e julho, período no qual, em função do inverno e das férias, as doações costumam cair até 30%.

A data marca o aniversário de Karl Landsteiner, médico e biológo austríaco, ganhador do Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1930, pela classificação dos grupos sanguíneos (A, B e O) e descobridor do fator RH. A doação tem ganhado força em todo o mundo.

Segundo a OMS, em 2012, foram coletadas, em todo o mundo, cerca de 108 milhões de doações de sangue. A maioria em países de alta renda, onde vivem apenas 15% da população mundial.

A organização estima que há disponibilidade geral para a transfusão em um país, com o mínimo de dez doações de sangue a cada mil habitantes. Entretanto, de acordo com o órgão, 75 países relataram um número menor de doações. A recomendação da OMS é que de 3% a 5% da população sejam doadora de sangue. No Brasil, esse índice é de 1,9%, o que é considerado muito baixo.

Apesar das doações voluntárias terem crescido na última década, a OMS aponta que 72 países ainda coletam 50% do sangue de doadores remunerados ou de reposição (familiares ou amigos), comprometendo os estoques dos bancos de sangue.

Para doar, é preciso ter entre 16 e 69 anos, com a primeira doação realizada antes do 60 anos, pesar mais de 50 kg, estar em bom estado de saúde, não oferecer risco de transmitir doenças pelo sangue e levar documento oficial com foto. Doadores menores de 18 anos acompanhados pelo responsável legal devem levar cópia do documento de identidade de ambos e preencher autorização no momento da doação. Caso esteja desacompanhado, deve levar cópias dos documentos de identidade e o documento de autorização para doação com firma reconhecida em cartório. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG
Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS - Judiciário independente; magistrado valorizado.

SAÚDE

60 anos AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS SAÚDE

Uso da nova carteira traz economia de 17% ao associado

Os usuários do plano de saúde da magistratura receberam, em junho, as novas carteiras de identificação do Amagis Saúde e da Unimed, de uso obrigatório nas consultas, procedimentos e exames médicos.

O documento contém informações como o número da matrícula do usuário, registro da Agência Nacional de Saúde, telefones da central de atendimento, plantão telefônico e os horários de atendimento da operadora do plano de saúde.

Essas são informações visíveis e fáceis de identificar. Entretanto, o que os usuários, às vezes, não sabem, é que o uso da carteira da Amagis Saúde, além de valorizar e fortalecer o plano de saúde da magistratura mineira, gera economia ao associado.

Ao utilizar a Unimed em exames médicos e procedimentos ambulatoriais, o usuário paga a taxa administrativa de 17,7% e a taxa de coparticipação de 25%, que incide sobre esse valor. Já no Amagis Saúde, o associado custeia somente a coparticipação.

A rede de atendimento do Amagis Saúde abrange todo o Estado e, hoje, conta com aproximadamente 2 mil credenciados. A Associação oferece ainda o Amagis Saúde Grupo de Estados, que estende a cobertura do plano para São Paulo e Rio de Janeiro, sem a "diferença de tabela" da rede credenciada de outros estados.

Carteira da Amagis Saúde traz diversas vantagens

Outra vantagem ao usuário é o atendimento desburocratizado, que garante maior agilidade na liberação das guias médicas, uma vez que o Amagis Saúde é um plano exclusivo da magistratura e sua família.

Caso o usuário não tenha recebido as novas carteiras e se ainda estiver sem o documento e precisar de atendimento médico, pode entrar em contato com Rosângela Corrêa, no (31) 3079-3421, para ter todas as informações necessárias para a consulta. ●

DICAS DA AMAGIS SAÚDE: AUTORIZAÇÕES PARA EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS

Com o objetivo de garantir segurança nas indicações, diagnósticos e orientações técnicas aos usuários dos planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde regulamenta a exigência de autorização para alguns procedimentos médico-hospitalares e ambulatoriais, sem prejuízo do consumidor. Esclareça suas dúvidas:

Quais os pedidos de autorização mais comuns?
Internações hospitalares para tratamento clínico ou cirúrgico, tomografia, ressonância nuclear magnética e colonoscopia.

Quais documentos devem ser levados à Amagis Saúde?
Pedido médico com CID-10, diagnóstico ou justificativa médica, com data carimbo e assinatura do profissional solicitante. Em alguns casos, poderão ser pedidos exames médicos, relatórios e outros documentos complementares.

Quais documentos serão levados ao médico?
Guia de autorização do evento que deverá ser entregue ao prestador responsável por sua realização, juntamente com o pedido médico, carteira do plano e identidade.

Qual setor responsável pela liberação dos documentos?
Setor de Atendimento, cujos telefones são: (31)3079-3478,(31)3079-3479,(31)3079-3480 e (31) 3079-3481. Durante os finais de semana e feriados pelo número (31) 9977-2860. ●

ANS Nº 41669-0